

**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º 23/2022 celebrado nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei 75/2013 de 12 de setembro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro, Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.**

**Entre o Município de Matosinhos**

**e**

**O Centro Hípico do Porto e Matosinhos**

Considerando que:

O Município de Matosinhos, tem como um dos seus objetivos primordiais a promoção da prática desportiva, contribuindo assim para o bem-estar pessoal dos cidadãos, fomentando o seu desenvolvimento pessoal e social.

O Município de Matosinhos, considera que as associações desportivas desempenham um papel crucial na implementação da prática desportiva, contribuindo assim para divulgação e implementação junto das populações de hábitos saudáveis, bem como oferecendo serviços destinados ao lazer e ocupação de tempos livres.

A dotação destas entidades com meios e recursos, que permitam desenvolver a sua atividade regular, constitui um requisito que envolve não só os associados, como deverá envolver a administração autárquica enquanto poder de proximidade.

O Município de Matosinhos considera que o apoio a atribuir ao Centro Hípico do Porto e Matosinhos, no âmbito do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, confere ao mesmo responsabilidades acrescidas no que concerne à comunidade desportiva concelhia, e ao efetivo desenvolvimento das suas regulares atividades, promovendo o desporto no concelho de Matosinhos, e simultaneamente concedendo-lhe meios para desempenhar um importante papel social nesta área.

Com a implementação do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- a) Garantir o incremento de diversos escalões etários na prática desportiva regular;
- b) Possibilitar o desenvolvimento sustentável da atividade desportiva orientada por técnicos qualificados;

- c) Consciencializar para a importância da prática desportiva regular como forma essencial de assegurar o bem-estar físico e mental;
- d) Coadjuvar na organização e realização de eventos com impacto desportivo, turístico e económico.

Constitui objetivo do Município de Matosinhos incrementar o número de pessoas que realizam uma prática desportiva regular, seja de iniciação, de formação ou manutenção. Este objetivo só pode ser alcançado com o empenho, dedicação e compromisso responsável das associações desportivas, dos clubes, dos seus dirigentes, associados e técnicos.

O Centro Hípico do Porto e Matosinhos, com sede no Lugar de Gonçalves, 4450 Leça da Palmeira, portador do cartão de pessoa coletiva n.º 501693815, inscrito no Registo de Entidades Apoiadas pela Câmara Municipal de Matosinhos (RGEA), é um centro de direito privado, sem fins lucrativos, que muito tem contribuído para o desenvolvimento e incremento da prática desportiva no Município de Matosinhos, nomeadamente nas modalidades de Hipismo.

A atribuição do apoio financeiro consignado neste Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, respeita o estabelecido no Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo (RJCPDD).

Assim entre:

O **Município de Matosinhos**, através do seu Órgão Executivo, **Câmara Municipal de Matosinhos**, adiante designado por CMM ou **Primeiro Outorgante**, com sede na Avenida D. Afonso Henriques, 4454-510 Matosinhos, pessoa coletiva de direito público n.º 501305912, neste ato representado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Luísa Salgueiro, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e

O **Centro Hípico do Porto e Matosinhos**, com sede no Lugar de Gonçalves, 4450 Leça da Palmeira, portador do cartão de pessoa coletiva n.º 501693815, identificado no Registo de Entidades Apoiadas pela Câmara Municipal de Matosinhos (RGEA), adiante designado por **Segundo Outorgante**, neste ato devidamente representado por Duarte Canavarro na qualidade de Presidente da Direção, seu representante legal, com poderes para intervir no ato nos termos estatutários.

É celebrado e por ambos aceite o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos gerais do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, e demais Normas/Regulamentos Municipais em vigor, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula Primeira**

##### **Objeto**

- 1 O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo tem por objeto a cooperação entre os dois Outorgantes destinado à definição de formas de colaboração institucional entre a **Câmara Municipal de Matosinhos (CMM)** e o Centro Hípico do Porto e Matosinhos para a organização e realização do evento desportivo denominado: Concurso de Saltos Internacional, 2 Estrelas, da Frente Atlântica;
- 2 O apoio financeiro será efetuado de acordo com os termos do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo e a legislação vigente;
- 3 A disciplina do regime de comparticipação e o acompanhamento de execução do programa aqui previsto são definidos pelo **Primeiro Outorgante**;
- 4 A atribuição do apoio consignado neste Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi precedida de formalização de pedido de apoio apresentado pelo **Segundo Outorgante**, devidamente instruído de acordo com os critérios previamente definidos e consequente elaboração de proposta para apreciação pelo Órgão Executivo, cumprindo-se, deste modo, o propugnado nas Normas Específicas de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Matosinhos, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março;
- 5 A comparticipação referente à realização deste evento desportivo não será proporcionalmente aumentada em função do custo real da mesma, a não ser que haja concordância expressa por parte do **Primeiro Outorgante**.

#### **Cláusula Segunda**

##### **Apoio financeiro**

- 1 O **Primeiro Outorgante** atribui ao **Segundo Outorgante** o apoio financeiro no montante global de 15.000,00 € (quinze mil euros), de acordo com o descritivo no processo de solicitação do apoio e correlativa análise pelos serviços, com vista ao apoio à realização do evento: Concurso de Saltos Internacional, 2 Estrelas, da Frente Atlântica;
- 2 O apoio financeiro referido no número anterior destina-se exclusivamente, a suportar os encargos contemplados no orçamento em sede de pedido apresentado pelo **Segundo Outorgante**;

- 3 O **Segundo Outorgante** assume, pelo presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a responsabilidade pela integral aplicação do apoio concedido ao fim referido na **Cláusula Primeira**;
- 4 Em caso algum o **Primeiro Outorgante** participará em indemnizações que venham eventualmente a ser devidas pela organização do evento.

**Cláusula Terceira**  
**Plano de Pagamentos**

O apoio financeiro atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:

Prestação única a transferir no ano de 2022 após outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, na decorrência da sua aprovação pelo Órgão Executivo e sua publicação no sítio da CMM.

**Cláusula Quarta**  
**Indicadores da Atividade**

No âmbito do objeto do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, os indicadores a considerar são os que se encontram diretamente explicitados em sede de formulários e pedido de apoio apresentado pelo **Segundo Outorgante** e que foram sufragados pela análise fundamentada dos serviços em função de critérios previamente definidos de acordo com o estabelecido nas Normas Específicas de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Matosinhos e que se consubstanciam nos seguintes indicadores:

- a) Número de atletas abrangidos;
- b) Número de clubes abrangidos;
- c) Afluência de público;
- d) Impacto desportivo, turístico e económico.

**Cláusula Quinta**  
**Obrigações do Primeiro Outorgante**

- 1 O **Primeiro Outorgante** compromete-se a:
  - a) Transferir o apoio financeiro para o **Segundo Outorgante** de acordo com o plano de pagamentos explicitado na **Cláusula Terceira**;
  - b) Verificar o exato desenvolvimento e/ou atividade que justificou a celebração do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º

273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março;

- 2 O **Primeiro Outorgante** reserva-se do direito de realizar inspeções, inquéritos ou sindicâncias, bem como de determinar a realização de uma auditoria através da respetiva Divisão ou, eventualmente, por Entidade Externa, bem como solicitar a apresentação da documentação necessária para apreciar da correta aplicação do apoio concedido;
- 3 O **Primeiro Outorgante** assume o compromisso de respeitar as regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, bem como o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

#### **Cláusula Sexta**

##### **Obrigações do Segundo Outorgante**

- 1 O **Segundo Outorgante** compromete-se a:
  - a) Aplicar exclusivamente o apoio recebido na organização do evento: Concurso de Saltos Internacional, 2 Estrelas, da Frente Atlântica;
  - b) Publicitar o apoio da CMM, através da menção expressa "**Com o apoio da Câmara Municipal de Matosinhos**" e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos ou outros de promoção ou divulgação do apoio previsto na **Cláusula Primeira**;
  - c) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
  - d) Assegurar outras contrapartidas financeiras ou logísticas que se mostrem necessárias para a boa realização do objeto do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nomeadamente através de mecenato, ou outras formas adequadas e compatíveis, com a sua concretização, de acordo com a legislação em vigor;
  - e) Incluir no respetivo sistema contabilístico em centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes a apoios concedidos e aos respetivos custos associados com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março;
  - f) Nos termos em que a lei imperativamente o imponha, em função do valor financeiro atribuído, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, organizar a contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, identificação das receitas e a certificação, por um Revisor Oficial de Contas (ROC), ou por Sociedade Revisora de Contas;

- g) Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, prestar consentimento expresso para consulta da respetiva situação tributária e contributiva pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Matosinhos, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril;
- h) Transferir para uma companhia de seguros, através de contrato de seguro desportivo, a responsabilidade por acidentes pessoais dos participantes nas atividades desportivas por si promovidas, para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, evidenciando tal desiderato através de cópia da Apólice de Seguro, anexa aos relatórios finais de execução física e financeira a entregar;
- i) Até ao dia 31 de março de cada ano civil, entregar cópia do Relatório Anual de Gestão, Contas e Atividades ou Mapa de Pagamentos e Recebimentos;
- j) Apresentar ao **Primeiro Outorgante**, até 31 de março de 2023:
- i. O relatório de execução física e financeira de acordo com os modelos em anexo às Normas Específicas de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Matosinhos, com explicitação dos resultados alcançados e cópias dos respetivos documentos justificativos da despesa;
  - ii. Evidência do registo contabilístico, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março;
- 2 O prazo previsto no número anterior poderá ser excecionalmente prorrogado, em função das características, especificidades e cronograma de execução física das atividades, após parecer fundamentado dos serviços;
- 3 Ao relatório final de execução física e financeira do apoio concedido a apresentar nos termos do presente artigo, para além das cópias comprovativas da despesa, deverá ser anexada cópia do Modelo 22 do IRC, entregue à Administração Fiscal, do ano fiscal transato à concessão do benefício;
- 4 O **Segundo Outorgante** obriga-se a colaborar e fornecer, a qualquer momento, toda a informação e documentação solicitada pelo **Primeiro Outorgante**, sempre que este julgue necessário conhecer o estado de execução do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- 5 Sempre que o **Segundo Outorgante** organize provas desportivas e caso os respetivos regulamentos estipulem a atribuição de prémios, obriga-se ainda à entrega de prémios de valor igual às atletas femininas e atletas masculinos, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e posterior legislação regulamentar sobre esta matéria.
- 6 Em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com o **Primeiro Outorgante**, e ao estrito cumprimento do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o **Segundo Outorgante** compromete-se a respeitar o disposto na Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, bem como no Regulamento Geral de Proteção de Dados, relativo à proteção

das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação destes dados;

- 7 O **Segundo Outorgante** assume ainda o compromisso de divulgar e respeitar os princípios estabelecidos no Plano Nacional da Ética no Desporto (PNED) em todos os eventos, provas desportivas e outras iniciativas que realizar sob a sua responsabilidade ou em parceria com outras Entidades.

#### **Cláusula Sétima** **Prazo de Vigência**

- 1 O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entra em vigor na data da sua assinatura e opera o seu término a 31 de dezembro de 2022, ressalvadas as prorrogações eventualmente a conceder, pelo **Primeiro Outorgante**, em função de fundamentação expressa;
- 2 O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo pode também considerar-se concluído se ocorrer facto superveniente cuja causa não seja imputável ao **Segundo Outorgante** e que torne objetiva e definitivamente impossível a realização do mesmo, após competente fundamentação e validação pelo **Primeiro Outorgante**.

#### **Cláusula Oitava** **Auditoria**

O apoio concedido nos termos do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo fica sujeito a auditoria a realizar pela Divisão de Auditoria da Câmara Municipal de Matosinhos, devendo o **Segundo Outorgante** disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

#### **Cláusula Nona** **Revisão**

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário ou, unilateralmente, pelo **Primeiro Outorgante**, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a previa autorização da Câmara Municipal de Matosinhos.

**Cláusula Décima**  
**Incumprimento, Rescisão e Sanções**

- 1 O incumprimento pelo **Segundo Outorgante** de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo constitui causa de rescisão imediata por parte do **Primeiro Outorgante**, e implica a devolução dos montantes recebidos e não executados de acordo com o objeto contratual, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos;
- 2 A rescisão do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo efetua-se através da notificação dirigida às partes Outorgantes no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento;
- 3 O incumprimento do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo constitui impedimento para atribuição de novo apoio ao **Segundo Outorgante** pelo período de 3 (três) anos subsequentes ao incumprimento.

**Cláusula Décima Primeira**  
**Disposições finais**

- 1 As partes, em caso de diferendo sobre a interpretação de qualquer uma das Cláusulas do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, deverão desenvolver os melhores esforços para de boa-fé encontrar uma resolução consensual;
- 2 Os litígios emergentes da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo serão submetidos à arbitragem, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;
- 3 A tudo a que não esteja especialmente previsto no presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo aplicam-se, subsidiariamente, as Normas e Regulamentos Municipais em vigor, bem como toda a legislação especial aplicável;
- 4 Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi atribuído ao presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo o **compromisso número 2022/562**;
- 5 A Minuta do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi aprovada em reunião da **Câmara Municipal de Matosinhos do dia 04 de maio do ano de 2022**.

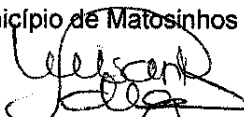
Depois de lido em voz alta, os Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambos os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado.





O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi celebrado em Matosinhos, no dia **09 de maio do ano de 2022**, contendo 9 (nove) páginas de 2 (dois) exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

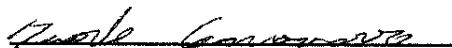
O Município de Matosinhos



---

(Dra. Luísa Salgueiro)

O Centro Hípico do Porto e Matosinhos



---

(Duarte Canavarro)

**ANEXO**

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**Considerações Iniciais**

Nos termos do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - RJCPDD, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, integram atentando ao n.º 1 do artigo 11.º do RJCPDD, no respetivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o programa de desenvolvimento desportivo objeto da comparticipação.

Considerando o referido no n.º 2 do artigo 11.º do RJCPDD, consideram-se programas de desenvolvimento desportivo:

- a) Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- b) Os planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- c) Os projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- d) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da atividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

O conteúdo do Programa de Desenvolvimento Desportivo deve contemplar o previsto no artigo 12.º do RJCPDD.

**1. Conteúdo do programa de desenvolvimento desportivo**

**Al. a) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Descrição e caracterização específica das atividades a realizar;**

*As provas de saltos de obstáculos são competições onde o conjunto cavaleiro - cavalo é julgado segundo várias condições num percurso de obstáculos. Estas provas têm por finalidade demonstrar pelo cavalo, a franqueza, a potência, a obediência, a velocidade e o respeito pelo obstáculo ou, prioritariamente, algumas dessas características, e pelo cavaleiro, a qualidade da sua equitação. Se o concorrente comete certas faltas tais como derrube de obstáculos, desobediências, exceder o tempo concedido, etc, incorre em penalizações.*

*O CSI\*\* Frente Atlântica – Concurso de Saltos Internacional da Frente Atlântica irá ter lugar nos dias 17 a 19 de junho 2022, nas instalações do Centro Hípico do Porto e Matosinhos. O CSI\*\* Frente Atlântica contará para o ranking da Federação Equestre Internacional (FEI), sendo que faz parte do calendário oficial de provas, e tem um prize-money de 48.000€.*

*O Campeonato de Portugal da Juventude 2022, inserido neste programa, realizar-se-á mais uma vez no Centro Hípico do Porto e Matosinhos, nos dias 28 a 31 de julho de 2022. Este campeonato será integrado no Concurso de Saltos Nacional A - Troféu Dr. Guilherme Pinto, que habitualmente já se realiza em Matosinhos. Neste evento apura-se o Campeão Nacional da Juventude nos diversos escalões. O CSN-A - Troféu Dr. Guilherme Pinto faz parte do calendário oficial de provas nacionais, e tem como prize-money o valor de 15.000€.*

**Al. b) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;**

*O CSI\*\* Frente Atlântica insere-se no calendário anual da Federação Equestre portuguesa e da Federação Equestre Internacional. As provas da modalidade têm como objetivo a dinamização da prática equestre, quer nas disciplinas de Obstáculos, quer em qualquer outra das restantes modalidades.*

*Atualmente, a nível nacional, os concursos de Saltos de Obstáculos dividem-se em categorias A (mais elevada) a C, e a nível Internacional existem os concursos de Saltos de categoria 5\* (CSI\*\*\*\*\*) até à categoria 1\* (CSI\*). Os concursos que vamos realizar no âmbito do programa, inserem-se na categoria nacional mais elevada (Campeonato de Portugal da Juventude), e na categoria internacional que consideramos a mais adequada para o panorama português. No nosso País, a organização, por centros hípico, de concursos de Saltos de Obstáculos Internacionais não tem sido muito forte, tendo sido somente em Matosinhos que no último ano se organizou um CSI\*.*

*O CSI\*\* Frente Atlântica a ter lugar em junho, assim como o Campeonato de Portugal da Juventude, em julho, nas instalações do Centro Hípico do Porto e Matosinhos, serão concursos outdoor, agendados em plenas festas das cidades do Grande Porto, o que permitirá atrair às cidades de Porto, Matosinhos e Gaia muitas pessoas, nacionais e estrangeiras, que com certeza aproveitarão para vir mais cedo de modo a desfrutarem das festividades, que divulgaremos com relevância. Contamos, em cada um dos concursos, ter a presença de cerca de 200 cavaleiros, nacionais e internacionais que, como é hábito se farão acompanhar das respetivas famílias e amigos, o que julgamos que por si só exponenciará a utilização das unidades hoteleiras e de restauração das cidades nesses dias. Estes cavaleiros, amigos e toda a generalidade dos amantes desta modalidade, normalmente, usufruem ao máximo dos locais onde este tipo de provas se realiza. Facultando-lhes algumas sugestões de experiências, não só nas cidades de Matosinhos, Porto e Gaia, como também em toda a zona norte do país, esta será uma forma de os aliciar a prolongarem ou até mesmo anteciparem as suas estadias.*

**Al. c) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;**

*Com a execução deste programa, esperamos garantir a dinamização da modalidade em Portugal bem como toda a mobilização de cavaleiros nacionais e internacionais para a zona do Grande Porto. De forma direta, não será fácil quantificar resultados, uma vez que, sendo o CHPM uma instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, os resultados são sempre canalizados para as melhorias nas infraestruturas do clube e na dinamização da formação dos escalões mais jovens. Indiretamente, o evento potenciará a qualidade e adesão que temos conseguido alcançar, trazendo à nossa região praticantes mais dotados, com melhor ranking e que buscam condições de excelência, quer em competição, quer nos seus momentos de pausa, o que trará certamente uma grande visibilidade para o clube e para a região.*

**Al. d) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas ou escalonamentos;**

*O Centro Hípico do Porto e Matosinhos tem experiência de organização de eventos equestres pela sua realização ao longo dos anos. Nos últimos anos, realizamos em Matosinhos vários concursos, dos quais destacamos o Campeonato de Portugal da Juventude em 2019, o*

*Campeonato de Portugal de Cavaleiros de Obstáculos em 2020, bem como o Concurso de saltos Internacional\* em 2021.*

*Com base na nossa experiência acumulada, podemos considerar que os orçamentos previstos para a realização do CSI\*\* Frente Atlântica são na ordem dos 140.000€ (cento e quarenta mil euros).*

*As necessidades de financiamento público situam-se nos 45.000€ (quarenta e cinco mil euros).*

*Como as provas se realizam entre os meses de junho e julho de 2022, e sendo o de maior dotação o que se realiza em meados de junho, deverão os escalonamentos de pagamento situar-se até ao final do mês de julho de 2022.*

**Al. e) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições;**

*Pela sua experiência acumulada ao longo dos anos, o Centro Hípico do Porto e Matosinhos tem capacidade material e humana para a realização dos eventos que se propõe realizar.*

*No que respeita à autonomia financeira, é conhecida a reputação do Centro Hípico de Porto e Matosinhos e será mais um evento em que iremos contar com algum apoio de atuais patrocinadores e outros que estamos em vias de garantir.*

**Al. f) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;**

*Para a execução do programa, contamos como sempre com o apoio da Federação Equestre Portuguesa, bem como todas as entidades que nos garantem sempre o apoio logístico como por exemplo, a Matosinhos Sport e outras entidades do "universo camarário".*

**Al. g) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;**

*Para a realização do CSI\*\* Frente Atlântica, contamos com a complementaridade com outros concursos internacionais que se irão realizar em Portugal e Espanha. Assim, estamos a trabalhar*

*em conjunto com a organização do CSI\*\* Pedras Salgadas que se irá realizar nos dias 10 a 12 de junho de forma a promover uma mini rota de concursos internacionais no norte de Portugal, e assim garantir a presença dos cavaleiros internacionais que virão certamente a Portugal. Também importa referir que os cavaleiros procuram os concursos internacionais a partir da categoria de 2\*\*, pontuáveis para o ranking da FEI de forma a conseguirem qualificação para campeonatos da europa, mundo, assim como jogos olímpicos. Como tal, esta complementaridade com outros concursos de categoria similar, tal como o das Pedras Salgadas, com datas próximas, permite que mais atletas de escalão superior pretendam marcar presença.*

**Al. h) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;**

*O calendário de execução do programa inicia-se em maio de 2022 e encerrará nos primeiros dias de agosto de 2022.*

*Os eventos em causa estão incluídos nos calendários da Federação Equestre Portuguesa e no da Federação Equestre Internacional.*

**Al. i) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção;**

*Os bens eventualmente adquiridos ou construídos ao abrigo deste programa ficam a pertencer ao Centro Hípico de Porto e Matosinhos que ficará responsável pela sua gestão e manutenção.*

**Al. j) do n.º 1 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Articulação do programa de desenvolvimento desportivo com os programas de prevenção, formação e educação relativos à defesa da integridade das competições da respetiva federação desportiva.**

*Os programas do CSI\*\* Frente Atlântica incluem todas as normas federativas de código de conduta para o Bem-estar do cavalo e cavaleiros, nomeadamente no que diz respeito ao bem-estar dos atletas (cavalo e cavaleiro) e controlo antidopagem. Estas normas, emanadas pela Federação Equestre Portuguesa, envolvem áreas de atuação ao nível do bem-estar geral do cavalo (métodos de treino, transporte e deslocações), a forma física (estado de saúde, doping e medicação), bem como o estado dos pisos de competição e o tratamento humano dos cavalos.*



*Também o envolvimento da formação dentro da área de competência e na gestão do cavalo é um ponto considerado muito relevante pela Federação Equestre Portuguesa.*

**N.º 2 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respetiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessárias à sua apreciação.**

**N.º 3 do art.º 12.º do RJCPDD**

**Se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respetivos direitos e obrigações.**

*Matosinhos, 26 de abril de 2022*